A Ética Universitária (1994)

Simon Schwartzman

A ética de uma instituição é o conjunto de normas e valores que dão coerência, consistência e previsibilidade aos comportamentos das pessoas, em seu relacionamento recíproco. Todos os grupos humanos, de uma quadrilha de bandidos a uma igreja, têm sua ética, suas normas e seus princípios, que podem ser englobados pelo nome de "cultura", mais a gosto dos cientistas sociais. Neste sentido, a cultura de um grupo não é algo dado, imutável e recebido por herança, mas uma postura diante de si mesmo e da sociedade mais ampla, uma estratégia de autoafirmação e participação, que parte de uma história anterior, uma identidade, e a reinterpreta e reelabora em função da realidade atual e uma antecipação do futuro. A vantagem de falar em "cultura", em vez de "ética", é que com isto saímos da posição antipática de quem diz aos outros o que eles devem ou não devem fazer, e procuramos entender as diferentes culturas que existem, como elas surgem, como elas se transformam, e como elas podem, eventualmente entrar em conflito umas com as outras.

As universidades ocidentais surgiram na Europa da Idade Média, e desde então vêm se transformando e se adaptando a diferentes contextos e épocas históricas, e adquirindo culturas, ou éticas, bastante distintas. As universidades brasileiras apresentam fragmentos das diferentes identidades, e algumas características culturais próprias, dadas pela nossa realidade.

A ética das profissões e dos mandarins

A identidade mais forte do ensino superior brasileiro é dada pelas escolas profissionais, que começam a ser criadas por D. João VI, e até hoje definem o que a população entende por uma universidade: lugar onde se aprende e se conquista um diploma para o exercício de determinadas profissões. O Brasil tem pouco da universidade tradicional, muitas vezes religiosa, centrada na filosofia e na formação clássica, encontrada em tantos países europeus; e muito das escolas profissionais napoleônicas, fortemente controladas pelo Estado, e destinadas a formar um mandarinato de quadros técnicos para a gestão da coisa pública.

As duas principais profissões, que servem de modelo para as demais, são a medicina e o direito. Ambas valorizam a cultura, a competência, e sobretudo a autonomia profissional, o direito de seus membros de estabelecerem que serviços podem oferecer à população, a que preço, e de que qualidade. A medicina, sobretudo, incorpora a ética do profissional liberal e autônomo, enquanto que o direito tem também um forte componente de serviço público, o jurista que se ocupa das diversas funções executivas e judiciárias do estado. A universidade napoleônica criou ainda um novo tipo de bacharel, o formado em engenharia, que tem tanto a face do profissional liberal como do homem público, que se crê destinado à tarefa pública de tornar o Estado, e a sociedade, mais racionais e competentes. Estes profissionais voltados para a coisa pública, advogados, mas também engenheiros, e em muitos casos médicos, formaram o embrião de um mandarinato brasileiro, que em seus melhores momentos deu ao Estado brasileiro um lustre de seriedade e competência comparável ao encontrado nos países mais desenvolvidos.

Esta ética de médicos, advogados e engenheiros sempre foi atravessada, no Brasil, por sistemas paralelos e competitivos de prestígio e de poder, baseado em relações familiares e oligárquicas, acesso à propriedade da terra e o controle do sistema político-administrativo em nível local ou nacional. Neste confronto, nem sempre os valores profissionais saíram ganhando, na nomeação de professores, na realização de concursos públicos, na designação de pessoas para ocupar cargos de decisão no aparelho de Estado. Como muitos dos estudantes, professores e profissionais participavam frequentemente destas diferentes culturas e sistemas de valores, muitas vezes eram os valores tradicionais, de status e poder econômico, que terminavam prevalecendo sobre os valores acadêmicos. É por isto, talvez, que nossas escolas profissionais nunca tiveram os níveis de envolvimento e compromisso profissional encontrados em países em que a educação e a formação profissional eram vistos como canais privilegiados para a ascensão e a afirmação de novas elites, em confronto com as formas de poder e dominação mais tradicionais.

A ética acadêmica

A partir da criação da Universidade de São Paulo em 1934, e sobretudo da Faculdade de Filosofia, começa a surgir no interior das universidades brasileiras uma outra ética, a da pesquisa científica e do trabalho acadêmico. Um novo elemento é introduzido, a pesquisa, mas sobretudo a figura do pesquisador, que não é um profissional liberal no sentido clássico, e que traz uma reivindicação revolucionária, a de se constituir no centro irradiador não só de conhecimentos, mas sobretudo de critérios de qualidade e validação de todo o trabalho universitário. Mais ainda, muitos destes novos pesquisadores, nas ciências naturais como nas sociais, viam seu papel como indo muito mais além dos muros universitários, e incarnando a responsabilidade pela revisão crítica e o reordenamento de toda a sociedade.

Aqui não seria o lugar para descrever os conflitos e tensões que surgiram entre este novo personagem e os professores mais antigos, encastelados nas escolas profissionais e suas cátedras. A reforma universitária de 1968 consagra, pelo menos no papel, a vitória do novo personagem: o ensino passa a ser visto como indissolúvel da pesquisa, os títulos de pós-graduação passam a ser o principal critério de mérito e avaliação, a pós-graduação acadêmica é institucionalizada, as cátedras são substituídas por departamentos e institutos, e começa a ser generalizada a contratação de professores em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

A vitória não foi total, no entanto, por duas razões fundamentais. A primeira, relativamente mais simples, é que as escolas profissionais eram demasiado fortes para se submeterem sem resistência aos antigos e novos acadêmicos. As escolas de medicina, direito e engenharia continuaram a funcionar mais ou menos como antes, e a elas se agregaram os novos departamentos e institutos, sobretudo nas áreas básicas e das ciências humanas e sociais. Mais importante, no entanto, foi o fato de que, ao mesmo tempo em que a ética acadêmica parecia assumir o comando, o ensino superior se massificava, perdia sua característica de instituição formadora de elites, e trazia para o seu interior toda uma gama de grupos sociais com seus valores e princípios, que pouco tinham a ver com a ética das profissões e da academia.

A ética do ensino superior em uma sociedade de massas

Ao se expandir em poucos anos de 300 mil a 1.5 milhões de estudantes, o ensino superior brasileiro, como aliás em todo o mundo, passou a incorporar culturas e valores totalmente distintos daqueles típicos das universidades de elite. Uma lista destes novos grupos, e suas culturas respectivas, inclui:

- muitos dos novos estudantes passaram a vir de famílias com pouca ou nenhum contato com a educação superior, e com uma ideia muito vaga a respeito do que é uma universidade ou uma profissão de nível superior. O rápido processo de urbanização, crescimento econômico, a expansão do Estado e a legislação corporativa garantiam um emprego razoável aos detentores de praticamente qualquer certificado de curso superior, e assim as formalidades de obtenção de títulos passaram a prevalecer, com muita frequência, sobre os processos reais de aprendizagem
- muitos dos novos professores, incorporados às pressas em um sistema educacional em rápida expansão, e dotados de contratos estáveis e em regime de tempo integral, passaram a desenvolver uma cultura e uma ética própria, que não era nem a do profissional liberal, nem do mandarim, e nem do acadêmico. Era, sobretudo, a ética da solidariedade de grupo, da defesa dos interesses coletivos e da ação reivindicativa - em síntese, a ética sindical. Processo semelhante ocorreu entre o corpo crescente de funcionários administrativos, praticamente inexistente antes das reformas de 1968. Se os novos alunos e professores conheciam e se importavam pouco com os valores tradicionais das universidades, isto ocorria de maneira ainda mais acentuada entre os funcionários, por sua própria origem menos privilegiada.